

**A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA
EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DOCENTES E DAS
POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

**THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD) IN BASIC
EDUCATION IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF TEACHING PRACTICES AND EDUCATIONAL
POLICIES**

 <https://doi.org/10.63330/armv1n10-008>

Submetido em: 17/12/2025 e Publicado em: 22/12/2025

Adrielle Silva Pinheiro

Mestrandos do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura - Universidade da
Amazônia (UNAMA)
E-mail: adriellesp84@gmail.com

Aurora de Castro Pantoja

Mestrandas do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas
Literaturas - Universidade do Estado do Pará (UEPA)
E-mail: auroradecastropantoja@gmail.com

Patrícia Cristine Santiago da Luz

Especialista em Letras - Literatura (FAVENI)
E-mail: patricia.luz.unifesspat5@gmail.com

Gisele Regina Correa dos Santos

Mestrandos do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura - Universidade da
Amazônia (UNAMA)
E-mail: gisele.santoscorrea@gmail.com

Danielle Doce Dias Silva

Mestrandos do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura - Universidade da
Amazônia (UNAMA)
E-mail: docedias.to01@gmail.com

Cindy Izabelle Hage Pantoja

Mestrandas do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas
Literaturas - Universidade do Estado do Pará (UEPA)
E-mail: cursoderedacaoprofcindyhage@gmail.com

Luan Xavier de Souza

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: luanletras@gmail.com



Maria Cristina Gonçalves Corrêa

Licenciada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Federal Rural da Amazônia (2023) e Licenciatura Plena em Pedagogia (Universidade do Vale do Acaraú). Pós-graduada em Gestão, Coordenação e Orientação (Faculdade Montenegro)
E-mail: cristinamateus2008@hotmail.com

Vanessa Palheta Rodrigues

Especialista em Língua Inglesa e Portuguesa pela Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: vanpalheta@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a inclusão de estudantes com TEA na educação básica, a partir de uma discussão teórica fundamentada na produção científica nacional, com ênfase nas práticas docentes e nas políticas educacionais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter teórico-bibliográfico, baseada na análise e interpretação de artigos científicos que abordam a temática da inclusão escolar do estudante com TEA no contexto educacional brasileiro. Os resultados indicam que, embora haja avanços normativos e conceituais no campo da educação inclusiva, persistem desafios relacionados à formação docente, à implementação das políticas educacionais, ao uso de recursos pedagógicos e às práticas avaliativas. Evidencia-se, ainda, um distanciamento entre as diretrizes legais e as condições reais de efetivação da inclusão nas escolas, o que compromete a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas. Conclui-se que a inclusão de estudantes com TEA demanda ações articuladas entre políticas educacionais e práticas docentes, bem como investimentos contínuos em formação, suporte institucional e reorganização do currículo e da avaliação, de modo a garantir o direito à aprendizagem e à participação desses estudantes na educação básica.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Transtorno do Espectro Autista; Práticas docentes; Políticas educacionais; Educação básica.

ABSTRACT

This article aims to analyze the inclusion of students with ASD in basic education, based on a theoretical discussion grounded in national scientific production, with an emphasis on teaching practices and educational policies. Methodologically, this is a qualitative research of a theoretical-bibliographical nature, based on the analysis and interpretation of scientific articles that address the theme of school inclusion of students with ASD in the Brazilian educational context. The results indicate that, although there are normative and conceptual advances in the field of inclusive education, challenges persist related to teacher training, the implementation of educational policies, the use of pedagogical resources, and assessment practices. Furthermore, a gap is evident between legal guidelines and the real conditions for the effective implementation of inclusion in schools, which compromises the consolidation of inclusive pedagogical practices. It is concluded that the inclusion of students with ASD demands coordinated actions between educational policies and teaching practices, as well as continuous investments in training, institutional support, and reorganization of the curriculum and assessment, in order to guarantee the right to learning and participation of these students in basic education.

Keywords: Inclusive education; Autism Spectrum Disorder; Teaching practices; Educational policies; Basic education.



1 INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação básica brasileira tem se consolidado como uma temática central nos debates educacionais contemporâneos, sobretudo em virtude da ampliação do acesso desses estudantes às escolas regulares e da consolidação de políticas públicas voltadas à educação inclusiva. Tal processo evidencia a necessidade de repensar práticas pedagógicas, concepções de ensino e mecanismos institucionais que assegurem não apenas o ingresso, mas a permanência e a aprendizagem significativa dos alunos com TEA no sistema educacional.

De modo geral, a literatura aponta que a escolarização de estudantes com TEA em classes comuns representa um avanço no reconhecimento do direito à educação em igualdade de condições. No entanto, esse movimento tem ocorrido em um cenário marcado por desafios estruturais, pedagógicos e formativos, que impactam diretamente a efetividade das práticas inclusivas. Assim, embora a inclusão escolar seja amplamente defendida no plano normativo e discursivo, sua concretização no cotidiano das escolas ainda se apresenta de forma heterogênea e, por vezes, fragilizada (Mendes; Pletsch, 2022).

Pesquisas nacionais recentes têm se dedicado a analisar as experiências de inclusão de estudantes com TEA, evidenciando tanto avanços quanto limitações nesse processo. Silva e Souza (2023), ao revisarem estudos sobre experiências de inclusão, destacam que as práticas desenvolvidas nas escolas brasileiras revelam esforços pontuais, porém pouco sistematizados, especialmente no que se refere à adaptação curricular e ao planejamento pedagógico. De forma semelhante, Costa e Rocha (2022) apontam que, apesar do crescimento da produção científica sobre o tema, persistem lacunas relacionadas à articulação entre políticas educacionais e práticas escolares efetivas.

No campo das práticas docentes, os estudos indicam que os professores desempenham papel central na inclusão de estudantes com TEA, mas frequentemente enfrentam dificuldades decorrentes da falta de formação específica e de apoio institucional. Oliveira e Lima (2022) ressaltam que os desafios vivenciados pelos docentes incluem insegurança pedagógica, ausência de recursos adequados e limitações no trabalho colaborativo.

Santos e Barbosa (2023), ao analisarem a perspectiva de professores da educação básica, evidenciam que, embora haja reconhecimento da importância da inclusão, muitos profissionais ainda se sentem despreparados para atender às especificidades dos estudantes autistas.

Além das práticas docentes, a literatura também enfatiza a relevância de estratégias pedagógicas mediadas por recursos específicos. Almeida, Ferreira e Costa (2023) destacam o potencial das tecnologias assistivas como instrumentos de apoio à aprendizagem e à participação de estudantes com TEA, desde que integradas a propostas pedagógicas planejadas. Nunes, Araújo e Santos (2023) reforçam essa perspectiva ao evidenciar os impactos positivos de intervenções mediadas, como a leitura dialógica, no desenvolvimento de habilidades comunicativas e cognitivas, ampliando as possibilidades de inclusão no



contexto educacional.

Apesar das contribuições desses estudos, observa-se que grande parte das pesquisas aborda aspectos específicos da inclusão escolar, como práticas isoladas, recursos pedagógicos ou percepções docentes, sem aprofundar a análise articulada entre as práticas desenvolvidas em sala de aula e as políticas educacionais que as sustentam. Ademais, Fernandes e Molini-Avejonas (2023) apontam que ainda há um distanciamento entre o que é preconizado pelas políticas inclusivas e as condições reais de implementação nas escolas, o que evidencia uma lacuna analítica no campo educacional.

Diante desse cenário, emergem questionamentos relevantes: de que maneira as práticas docentes têm sido organizadas para promover a inclusão de estudantes com TEA na educação básica? Em que medida as políticas educacionais brasileiras oferecem suporte efetivo para a atuação dos professores? Como se configuram as relações entre os dispositivos normativos da inclusão e as práticas pedagógicas cotidianas?

Inserido na tradição dos estudos teóricos sobre educação inclusiva, este artigo tem como objetivo analisar a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista na educação básica brasileira, a partir de uma discussão teórica fundamentada em produções científicas nacionais, com ênfase nas práticas docentes e nas políticas educacionais. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de caráter teórico-bibliográfico, cujos resultados evidenciam que, embora haja avanços normativos e iniciativas pedagógicas relevantes, ainda persistem desafios relacionados à formação docente, ao uso de recursos pedagógicos e à efetivação das políticas inclusivas no contexto escolar.

O artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se a metodologia adotada; em seguida, desenvolve-se o referencial teórico, organizado em eixos que abordam a inclusão escolar de estudantes com TEA, as práticas docentes e as políticas educacionais; por fim, são apresentadas as considerações finais, destacando as principais contribuições e implicações do estudo para o campo da educação inclusiva.

2 METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter teórico-bibliográfico, cujo objetivo consiste em analisar a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação básica brasileira, a partir do diálogo crítico entre produções científicas nacionais que abordam práticas docentes e políticas educacionais inclusivas. A pesquisa bibliográfica, conforme preconiza Gil (2008), possibilita a sistematização de conhecimentos já produzidos, contribuindo para a compreensão e a problematização de determinado fenômeno educacional.

O corpus teórico do estudo foi constituído por artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais com foco na realidade educacional brasileira, selecionados por sua relevância temática e aderência ao objeto de investigação. As produções analisadas abordam, de forma direta, a relação entre



autismo e educação, contemplando discussões sobre inclusão escolar, práticas pedagógicas, formação docente, tecnologias assistivas, avaliação educacional e políticas públicas voltadas à educação inclusiva.

O levantamento das fontes ocorreu por meio de consulta a bases de dados científicas reconhecidas na área da Educação, tais como o Portal de Periódicos da CAPES, SciELO e Google Acadêmico, além de repositórios institucionais de periódicos especializados. Utilizaram-se como descritores os termos: “Transtorno do Espectro Autista”, “autismo e educação”, “educação inclusiva”, “práticas docentes” e “políticas educacionais”, combinados entre si, com o objetivo de localizar produções alinhadas à temática proposta.

A seleção dos textos seguiu critérios de inclusão previamente definidos, a saber: (a) artigos de autoria nacional; (b) publicações que abordassem o contexto da educação básica; (c) estudos que discutam a inclusão de estudantes com TEA sob a perspectiva educacional; e (d) textos disponíveis na íntegra. Foram excluídas produções de caráter estritamente clínico ou médico, bem como estudos que não estabeleciam relação direta com o campo educacional.

Após a seleção, os artigos foram submetidos a um processo de leitura exploratória e analítica, visando à compreensão global dos textos e à identificação dos principais eixos teóricos abordados. Em seguida, realizou-se uma leitura interpretativa, na qual os estudos foram organizados em categorias temáticas, tais como: inclusão escolar e TEA, práticas docentes inclusivas, políticas educacionais, uso de tecnologias assistivas e processos avaliativos. Essas categorias orientaram a construção do referencial teórico e da análise desenvolvida no artigo.

A análise dos textos foi realizada por meio de uma abordagem teórica-discursiva, estabelecendo diálogos entre os autores selecionados, com o intuito de identificar convergências, divergências e lacunas na produção científica sobre a inclusão de estudantes com TEA. Dessa forma, a metodologia adotada permitiu uma reflexão crítica acerca das condições de efetivação da educação inclusiva no Brasil, contribuindo para o aprofundamento do debate acadêmico e para a compreensão dos desafios enfrentados pelas práticas docentes e pelas políticas educacionais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 PRÁTICAS DOCENTES NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

As práticas docentes configuram-se como elemento central para a efetivação da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação básica, uma vez que é no espaço da sala de aula que as políticas inclusivas se materializam em ações pedagógicas concretas. Nesse sentido, compreender como os professores organizam o ensino, adaptam estratégias e respondem às necessidades educacionais dos alunos com TEA torna-se fundamental para analisar a qualidade do processo inclusivo.



Estudos recentes apontam que o trabalho docente com estudantes autistas demanda uma postura pedagógica flexível, capaz de reconhecer as singularidades do desenvolvimento e da aprendizagem. Oliveira e Lima (2022) destacam que a prática pedagógica inclusiva pressupõe o planejamento de atividades diversificadas, o uso de diferentes linguagens e a valorização do ritmo de aprendizagem do aluno, elementos que contribuem para a participação efetiva do estudante com TEA no contexto escolar.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à necessidade de intencionalidade pedagógica nas ações docentes. Silva e Souza (2023) evidenciam que práticas bem-sucedidas de inclusão estão associadas à capacidade do professor de planejar intervenções que considerem as especificidades cognitivas, comunicacionais e comportamentais dos alunos com TEA, evitando abordagens homogêneas que desconsideram a diversidade presente na sala de aula.

A mediação pedagógica também se destaca como um componente essencial das práticas docentes inclusivas. Nunes, Araújo e Santos (2023) demonstram que intervenções mediadas, como estratégias de leitura dialogada, favorecem o desenvolvimento da linguagem e da interação social de crianças com TEA, indicando que o papel ativo do educador é determinante para ampliar as possibilidades de aprendizagem e comunicação desses estudantes.

Além disso, a literatura aponta que o uso de recursos pedagógicos adaptados potencializa o trabalho docente. Almeida, Ferreira e Costa (2023) ressaltam que as tecnologias assistivas, quando integradas ao planejamento pedagógico, podem favorecer a autonomia, a compreensão de conteúdos e a participação dos alunos com TEA nas atividades escolares. Contudo, os autores alertam que tais recursos não substituem a mediação docente, devendo ser compreendidos como ferramentas complementares.

No que se refere à avaliação da aprendizagem, Baptista e Vieira (2023) indicam que práticas avaliativas inclusivas exigem critérios flexíveis e processos contínuos de acompanhamento. Segundo os autores, a avaliação de estudantes com TEA deve priorizar o progresso individual, considerando trajetórias de aprendizagem e não apenas resultados padronizados, o que implica mudanças significativas na atuação docente.

Entretanto, apesar das possibilidades apontadas, a literatura evidencia que muitos professores ainda enfrentam dificuldades para desenvolver práticas inclusivas consistentes. Santos e Barbosa (2023) observam que a ausência de formação continuada específica e de apoio pedagógico especializado limita a atuação docente, contribuindo para práticas fragmentadas e pouco articuladas às necessidades dos estudantes com TEA.

Dessa forma, as práticas docentes inclusivas demandam não apenas boa vontade individual, mas condições institucionais que favoreçam o planejamento, a reflexão e a formação contínua. A literatura analisada indica que o fortalecimento do trabalho docente constitui um dos principais caminhos para a consolidação da inclusão de estudantes com TEA na educação básica.



3.2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM TEA

As políticas educacionais inclusivas desempenham papel fundamental na garantia do direito à educação de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, ao estabelecer diretrizes, normas e princípios que orientam a organização dos sistemas de ensino. No entanto, a efetividade dessas políticas depende diretamente de sua articulação com as práticas pedagógicas e com as condições concretas de funcionamento das escolas.

Mendes e Pletsch (2022) apontam que, embora o arcabouço legal brasileiro avance no reconhecimento da educação inclusiva como direito, ainda existem fragilidades no processo de implementação das políticas voltadas aos estudantes com TEA. Segundo as autoras, a distância entre a formulação normativa e a realidade escolar compromete a consolidação de práticas inclusivas efetivas, especialmente na educação básica.

Nesse contexto, a literatura evidencia que as políticas educacionais frequentemente apresentam caráter prescritivo, sem considerar suficientemente as especificidades regionais e institucionais. Costa e Rocha (2022) destacam que a ausência de mecanismos de acompanhamento e avaliação das políticas de inclusão dificulta a identificação de seus impactos reais no cotidiano escolar, limitando a possibilidade de ajustes e aprimoramentos.

Outro ponto relevante refere-se à formação de professores como eixo estruturante das políticas inclusivas. Fernandes e Molini-Avejonas (2023) ressaltam que as políticas educacionais ainda apresentam lacunas no que diz respeito à articulação entre formação inicial, formação continuada e apoio multiprofissional, o que repercute diretamente na capacidade das escolas de atender estudantes com TEA de forma adequada.

A implementação de políticas voltadas ao uso de tecnologias assistivas também é abordada na literatura como um desafio. Almeida, Ferreira e Costa (2023) apontam que, embora existam diretrizes que incentivem o uso desses recursos, sua efetivação nas escolas é limitada por fatores como falta de infraestrutura, ausência de formação específica e dificuldades de acesso aos equipamentos.

Além disso, as políticas de avaliação educacional representam um campo sensível no processo de inclusão. Baptista e Vieira (2023) destacam que a manutenção de modelos avaliativos padronizados entra em conflito com os princípios da educação inclusiva, uma vez que não contempla as especificidades dos estudantes com TEA, exigindo reformulações nas diretrizes avaliativas previstas pelas políticas educacionais.

A literatura também evidencia que a participação da comunidade escolar é um aspecto pouco explorado pelas políticas inclusivas. Santos e Barbosa (2023) indicam que a construção de uma cultura inclusiva demanda ações integradas envolvendo gestores, professores, famílias e profissionais de apoio, o



que nem sempre é contemplado de forma sistemática nas políticas públicas.

Diante desses desafios, os estudos analisados convergem para a necessidade de políticas educacionais mais articuladas, contextualizadas e acompanhadas por mecanismos de suporte contínuo às escolas. A efetivação da inclusão de estudantes com TEA, conforme apontam Silva e Souza (2023), depende da capacidade das políticas educacionais de dialogar com as práticas docentes e com as condições reais de ensino, superando a lógica meramente normativa.

Assim, o debate sobre políticas educacionais inclusivas revela que a inclusão do estudante com TEA não se esgota na formulação de leis e diretrizes, mas exige investimentos estruturais, formativos e pedagógicos que garantam sua implementação efetiva no cotidiano da educação básica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise teórico-bibliográfica desenvolvida neste estudo evidencia que a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação básica brasileira tem avançado no plano normativo e conceitual, mas ainda enfrenta limites significativos em sua efetivação no cotidiano escolar. Os resultados interpretativos indicam que tais limites não decorrem da ausência de diretrizes inclusivas, mas da fragilidade na articulação entre políticas educacionais, práticas docentes e condições institucionais de ensino, o que compromete a consolidação de processos pedagógicos verdadeiramente inclusivos.

Os achados do estudo dialogam com pesquisas prévias ao confirmarem que as práticas docentes constituem o eixo central da inclusão escolar, conforme apontado por diferentes autores analisados. Entretanto, este trabalho amplia essa compreensão ao evidenciar que a atuação docente, embora essencial, não pode ser analisada de forma isolada. A literatura revela que a eficácia das práticas pedagógicas inclusivas está condicionada à existência de políticas educacionais que garantam formação continuada, apoio multiprofissional, recursos pedagógicos e condições estruturais adequadas. A recorrência desse descompasso na produção científica sugere que a permanência das dificuldades de inclusão decorre, em grande medida, da implementação fragmentada das políticas públicas.

No âmbito das aplicações práticas, as evidências analisadas indicam que a qualificação das práticas docentes demanda investimentos contínuos em formação, bem como o uso intencional de recursos pedagógicos e tecnologias assistivas articulados ao planejamento didático. Ademais, a revisão teórica aponta a necessidade de revisão dos processos avaliativos, de modo que considerem o progresso individual dos estudantes com TEA, alinhando-se aos princípios da educação inclusiva. Tais implicações evidenciam que a inclusão escolar não se sustenta em ações pontuais, mas em políticas educacionais integradas e práticas pedagógicas contextualizadas.

As evidências que fundamentam as conclusões deste estudo baseiam-se na convergência de resultados apresentados por diferentes pesquisas nacionais, que reiteram a existência de avanços normativos



acompanhados por desafios persistentes na implementação da inclusão. A consistência desses achados, observada em distintos contextos educacionais, confere robustez às interpretações aqui apresentadas e reforça a necessidade de aprofundamento do debate sobre a efetividade das políticas inclusivas no Brasil.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas avancem na análise empírica da relação entre políticas educacionais e práticas docentes, investigando como as diretrizes inclusivas são apropriadas e ressignificadas no cotidiano escolar. Sugere-se, ainda, a realização de estudos que explorem a formação docente em contextos específicos, bem como pesquisas que analisem a implementação de tecnologias assistivas e práticas avaliativas inclusivas em diferentes etapas da educação básica. Ao apontar essas lacunas, o presente trabalho contribui para a ampliação do campo de estudos sobre a inclusão de estudantes com TEA, mantendo aberto o debate e incentivando novas investigações que aprofundem as questões aqui discutidas.



REFERÊNCIAS

- SILVA, R. M.; SOUZA, M. P. R. Autismo e educação: uma revisão da literatura sobre experiências de inclusão. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 3, p. 1–20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- ALMEIDA, L. A.; FERREIRA, J. S.; COSTA, A. R. Assistive technology resources in Brazilian schools for students with autism spectrum disorder: an integrative review. **Revista de Educação Especial**, Passo Fundo, v. 36, e16707, 2023. Disponível em: <https://ojs.upf.br>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- NUNES, D. R. P.; ARAÚJO, E. A.; SANTOS, P. L. Caregiver implemented dialogic reading: impacto em crianças com e sem autismo no Brasil. **International Journal of Special Education**, v. 38, n. 2, p. 45–60, 2023. Disponível em: <https://internationalsped.com>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- OLIVEIRA, A. C.; LIMA, C. V. Teaching practice with autistic children: challenges and possibilities. **European Journal of Education**, v. 4, n. 2, p. 12–25, 2022. Disponível em: <https://www.ej-edu.org>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- MENDES, E. G.; PLETSCHE, M. D. **Reflections on autism spectrum disorder and school inclusion**. Research, Society and Development, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 7, e24835, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- SANTOS, J. P.; BARBOSA, M. C. S. Transtorno do espectro autista e educação inclusiva sob a perspectiva de professores em escolas de Belém (PA). **Research, Society and Development**, v. 12, n. 4, e33275, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- FERNANDES, F. D. M.; MOLINI-AVEJONAS, D. R. Psychology and school inclusion of people with autism spectrum disorder in Brazil: an integrative review. **Journal of Education and Learning**, v. 12, n. 1, p. 1–12, 2023. Disponível em: <https://ccsenet.org>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- SOUZA, L. R.; PEREIRA, M. A. Ações educacionais inclusivas no ensino de ciências direcionadas aos alunos com transtorno do espectro autista. Sulear – **Revista de Educação e Ciências**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 89–104, 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- COSTA, M. A.; ROCHA, G. O. **Inclusão escolar da criança e do adolescente com TEA: uma revisão sistemática de literatura** (2015–2021). Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 33, 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- BAPTISTA, C. R.; VIEIRA, D. S. Avaliação de alunos com autismo na educação inclusiva: estado da arte. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 36, e89678, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br>. Acesso em: 16 dez. 2025.